



MARXISMO E ANTROPOLOGIA: UM DIÁLOGO PERTINENTE.

IVARRA ORTIZ, Rosalvo¹

Grupo de Trabalho: GT 1 – A Obra Teórica de Marx

RESUMO: A relação entre o Marxismo e a Antropologia tem sido frutífera e muitas vezes antagonista. Existem várias fases distintas que podem ser descritas. Em primeiro lugar, há os próprios escritos de Marx e Engels sobre temas antropológicos que formaram a base de muitas investigações autoconscientemente ortodoxas na antropologia oficial russa e chinesa. Em segundo lugar, há uma obra antropológica inspirada por teóricos marxistas posteriores: a maior parte dela foi realizada desde o início dos anos de 1960 e pode ser dividida em duas correntes principais: o Marxismo Estrutural e o que chamarei de Marxismo Cultural. Finalmente, podemos também destacar importantes áreas de trabalho que poderiam ser caracterizadas como "pós-marxistas", no sentido de que elas foram profundamente influenciadas pelo encontro dos autores com as ideias marxistas, mas com pouco ou nenhum traço de apego dogmático a elas. Portanto, este ensaio explora a relevância contínua do trabalho de Marx na teoria antropológica, examinando três dimensões de seu pensamento, concentrando-se em um texto central em cada: materialismo histórico (a ideologia alemã), a análise do capitalismo (volume 1 do Capital) e análise política (O 18 de Brumário de Luís Bonaparte). Cada uma dessas dimensões está relacionada às discussões atuais na teoria antropológica e social, mas a ênfase permanece em uma interpretação da obra de Marx.

Palavras-chave: Marxismo, Antropologia, Interpretação.

¹ Possui graduação em Licenciatura plena em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados- FCH/UGD. Atualmente é acadêmico do Mestrado em Antropologia Sociocultural- {Linha de Pesquisa: Arqueologia, Etno-História e Patrimônio Cultural} pela mesma instituição de ensino, com início em 2017. É membro do grupo de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) GIPEDAS - "Grupo Iberoamericano para Pesquisa e Difusão da Antropologia Sócio-Cultural". Possui artigos publicados no Brasil e na Europa. Pesquisa arte, memória e cosmologia Guarani e Terena em Mato Grosso do Sul. Bolsista: FUNDECT/MS. E-mail: rosalvortiz@hotmail.com



ESTRUTURA E SUJEITO NO MATERIALISMO HISTÓRICO: UM DEBATE ENTRE LOUIS ALTHUSSER E EDWARD THOMPSON

Julia Pantin da Silva²

Grupo de Trabalho: GT 1 – A Obra Teórica de Marx

Resumo

Destacam-se os principais argumentos de Louis Althusser e E. P. Thompson, acerca da estrutura e sujeito enquanto princípios determinantes do materialismo histórico; isto é, procura-se identificar qual o 'móvel da história'. Este debate, originado pela emergência do estruturalismo francês e motivado pelas críticas ao regime estalinista, perpassa desde questões sobre a natureza do conhecimento histórico até o estatuto de outros conceitos essenciais ao marxismo, como contradição, luta de classes e modo de produção.

Palavras Chave: Materialismo histórico, Estruturalismo, Historiografia

² Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)



A CRÍTICA DO IMPERIALISMO E A PERSPECTIVA DAS COMUNIDADES PRIMITIVAS NA OBRA DE ROSA LUXEMBURGO

Gabryela de Almeida Duarte BORGES

Grupo de Trabalho: GT 1 – A Obra Teórica de Marx

O objetivo geral deste trabalho é compreender e sistematizar o pensamento de Rosa Luxemburgo tendo como referência central o modo como ela incorpora na sua crítica à sociedade capitalista a perspectiva das sociedades ditas “pré-modernas”, a fim de evidenciar o ímpeto destrutivo do capital, particularmente na era do imperialismo. Este objetivo geral parte de entender a visão de totalidade social de Rosa Luxemburgo e de como ela se traduz na *unicidade* das dimensões econômica e política do seu pensamento. Partimos do pressuposto de que os estudos sobre as sociedades pré-capitalistas é central para o desenvolvimento do argumento de que o fenômeno do imperialismo é inseparável da própria natureza do capitalismo e de que consiste em uma necessidade social e econômica da reprodução do capital, cujo ímpeto expansivo teria como princípio o extermínio das formações sociais comunais. Em resumo, temos em vista que, ao olhar para essas comunidades, Rosa Luxemburgo encerra não apenas uma crítica ao mercado capitalista e às formas de sociabilidade engendradas por ele mas, ao mesmo tempo, identifica, nessas comunidades, uma dinâmica diferente do padrão das sociedades capitalistas. Essa definição fornece, à análise da autora, os elementos necessários para se pensar em outras formas possíveis de organização da vida social, o que exerceria um papel fundamental na luta prática contra o capitalismo e em prol de novas formas de sociabilidade. A escolha política de um passado distante enquanto prefiguração do socialismo moderno parte da suposição de que a civilização industrial-capitalista retrocedeu, do ponto de vista humano, em relação às comunidades do passado e o interesse de Luxemburgo consiste, justamente, em resgatar as qualidades sociais dessas formações que se perderam nas civilizações modernas e que prefiguram certos atributos de uma futura sociedade comunista. A discussão acerca das comunidades primitivas é, ainda, muito fértil na medida em que se desassocia da perspectiva de tempo histórico linear e do progressismo do marxismo ortodoxo, ao mesmo tempo em que, ao refletir sobre a possibilidade de outras formas possíveis de existência social, representa uma aposta num futuro emancipatório. Essa discussão ajuda a pensar como a lembrança de um passado longínquo permite fecundar as aspirações revolucionárias presentes no pensamento político de Rosa Luxemburgo e de que forma o comunismo primitivo pode constituir uma prefiguração da práxis moderna. Nesse sentido, a convergência revolucionária entre o antigo e o novo comunismo se daria muito mais do ponto de vista analítico do que enquanto referencial romântico - o comunismo do futuro, ou o “futuro socialista” seria a *Aufhebung* do comunismo primitivo e a práxis seria o elo dialético entre o passado e o futuro, entre as possibilidades abertas pelo processo histórico e sua realização.

Palavras-chave: Rosa Luxemburgo; Imperialismo, Comunidades primitivas

MARX E A REFORMULAÇÃO DOS TERMOS DO DEBATE DA FILOSOFIA MODERNA: A SUPERAÇÃO DA ANTINOMIA ENTRE LIBERDADE E NECESSIDADE

Henrique Cunha VIANA¹

Palavras-chave: Materialismo. Ontologia. Epistemologia. Método. Trabalho.

Grupo de Trabalho: GT 1 – A obra teórica de Marx

Resumo

O objetivo desta exposição é apresentar um resultado parcial de pesquisa sobre a reformulação empreendida por Marx dos termos do debate da filosofia moderna e da teoria social nascente de sua época em sua obra de maturidade. Reformulação cujo ponto central é a superação da antinomia entre liberdade e necessidade, que é aqui desenvolvida através das interpretações da obra de Marx por Lukács, Alfred Schmidt, Giannotti, José Chasin e J. P. Kain. Primeiramente, discute-se como Marx, no período de sua descoberta da economia política clássica, dá início ao desenvolvimento de uma nova ontologia, na qual o trabalho e o metabolismo entre homem e natureza são centrais, que *supera* o conflito da cosmologia moderna, qual seja, o debate sobre o mundo como lugar do mecanismo *versus* como lugar da *teleologia*. Seguindo as considerações dos autores mencionados, apresentamos a ideia de que, dada a existência tanto da posição de fins dos sujeitos quanto do mecanismo da natureza no processo de trabalho, pode-se dizer que na *atividade sensível* há coexistência entre liberdade e necessidade, o que revoga os termos da cosmologia moderna e de sua ontologia. Após este primeiro momento, apresenta-se o argumento de que essa *nova ontologia* centrada no trabalho se desdobra em uma nova epistemologia e concepção de método das ciências. O foco no *metabolismo da atividade sensível, na apreensão dos nexos causais* e regularidades dos fenômenos para a consecução de um *fim* faz com que o conhecimento passe a ser entendido como *conhecimento adequado a fins*, sem fundamentação última e sempre provisório. Discutimos como essa nova visão constitui uma superação da epistemologia moderna, na medida em que mostra tanto a necessidade da apreensão objetiva do mundo no processo do trabalho, quanto a existência de uma ‘dialética da correção’ do conhecimento, que tem como elemento central a negação feita pelo objeto tanto da posição de fins, quanto da teoria do sujeito. Em seguida, discutimos como essa mudança aparece *em estado prático* na obra de maturidade de Marx e dá forma à sua crítica da economia política, dado que o modo de produção capitalista é investigado como um *organismo*, objeto que possui sua lei própria, sem teleologia externa. A observação das regularidades e a apreensão dos nexos causais é, assim, a única forma de *conhecer* - conhecimento que é sempre do *movimento* -, investigando o fenômeno social *como se ele fosse natural*. Esse método apreende então o modo de *particularização*, i.e., a especificidade do fenômeno. E nisso reside a transformação dos termos do debate sobre a ‘anatomia da sociedade’: na apresentação do mundo social como *organismo* em vez de *mecanismo* de leis naturais, via historicização do ‘mecanismo’. Por fim, discutimos a hipótese atual da pesquisa: que essa perspectiva radicalmente diferente no debate cosmológico e epistemológico da filosofia moderna tem como fonte principal a economia política clássica e as descobertas de Marx no estudo e na crítica dessa disciplina.

¹ Mestrando em Filosofia do IFAC/UFOP (PROPP/CAPES) e bacharel em Ciências Econômicas pela UFMG. Email: viana.henriquec@gmail.com



LÍNGUA, MATERIALISMO HISTÓRICO E PSICANÁLISE: OS GESTOS DE LEITURA A PARTIR DA ANÁLISE MATERIALISTA DO DISCURSO

Caroline Aparecida Fazio¹

Palavras-chave: Análise do discurso. Materialismo histórico. Psicanálise. Arquivo.

Grupo de trabalho: GT 1 - A Obra Teórica de Marx

Resumo

A Análise do discurso surge como disciplina na França de 1969, momento em que ainda recebia os ecos dos acontecimentos de 1968, criticando a maneira pela qual o estruturalismo, corrente que vivia seu apogeu nas ciências humanas, principalmente na linguística, tratava de maneira reducionista a linguagem, excluindo da análise o sujeito e a situação, de modo a levar somente em consideração sua operacionalização para fornecer às ciências sociais um instrumento científico de investigação². Assim, Michel Pêcheux, fundador da Análise Materialista do Discurso, a propõe como disciplina de interpretação constituída na confluência da chamada “tríplice entente”: história, linguística e psicanálise. Da História, a partir do materialismo histórico, apropriando-se de uma leitura crítica de Marx que se viabiliza por Althusser³, que convoca uma leitura não dogmática e que rejeita a noção de existência de “o sentido por trás do texto”, e, ao contrário, estabelece uma relação materialista com ele, partindo de sua de sua estrutura e questionando seu objeto específico, para que dele se possa extrair outros dizeres; da Língua, pela linguística através de Saussure⁴, levando em consideração a estrutura sintática e os processos de enunciação; e do Sujeito, alicerçado na psicanálise pela leitura de Freud por Lacan, a partir de uma teoria não subjetiva do sujeito, que leva em consideração que o mesmo é afetado pelo inconsciente, tudo isso para pensar numa teoria do discurso na qual a língua é analisada nas práticas discursivas, nunca desvincilhada do simbólico e sempre contraditória, considerando os processos históricos nas quais ela se constitui⁵. Desta forma, o que se permite é um dispositivo teórico que também leva em consideração as ideologias que atravessam os sujeitos, fazendo com que se

¹ Aluna da graduação do IEL/UNICAMP. Email: carolfazio13@gmail.com

² Robin, Régine, and Adélia Bezerra de Meneses Bolle. *História e linguística*. Editora Cultrix, 1977.

³ Althusser, Louis, Jacques RANCIÈRE, and Pierre MACHEREY. *Ler O Capital (vol. I)*. 1980.

⁴ Saussure, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. Editora Cultrix, 2008.

⁵ Pêcheux, Michel, and Eni Puccinelli Orlandi. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Editora da UNICAMP, 1995.

identifiquem em determinadas posições políticas, numa relação entre ideologia e inconsciente. Assim, os sentidos estão sempre em relação à essas posições-ideológicas e condições de produção nas quais os sujeitos se inscrevem, não havendo a possibilidade de uma leitura e interpretação da história que seja transparente e homogênea. Sendo assim, partindo desse gesto de leitura produzido pela análise do discurso, no presente trabalho se estabelece a posição da linguística como essencial para diálogos junto à disciplina de história, viabilizando uma leitura crítica do arquivo não pautada no empirismo cego, e considerando a materialidade do texto e a especificidade de seu suporte, objetivando uma leitura que desestabilize a falsa noção de homogeneidade nas relações texto-sentido. Desse modo, afirma-se que uma pesquisa no campo das ciências humanas que não considere as especificidades desses campos teóricos, sempre estará sujeita a recontar a história de maneira a contribuir com os discursos hegemônicos e dominantes sem questionar e desestabilizar a construção dos mesmos, ignorando os processos históricos que permitem as construções de sentidos.



UMA (RE)LEITURA DA OBRA *QUESTÃO JUDAÍCA*

Samira C. S. PEIREIRA¹ José Francisco XARÃO²

Palavras-chave: Emancipação Política. Emancipação Humana. Karl Marx.

Grupo de Trabalho: GT 1 – A Obra Teórica de Marx

Resumo

Este artigo propõe como objetivo buscar por meio de uma releitura da obra *Sobre a Questão Judaica*, explorar o conceito de emancipação política conforme Karl Marx, que diz respeito a redução do homem, de um lado membro da sociedade, indivíduo que é egoísta e independente e de outro lado, cidadão e pessoa moral. Em um segundo, os resultados obtidos no artigo, o conceito de emancipação humana ganha enfoque. Apesar de ser um conceito obscuro dentro da obra de Marx, entendemos emancipação humana como maneira de socialização que os homens possam ser efetivamente livres, mas para conseguir alcançar tal liberdade é necessário a erradicação do capital. Por fim, concluímos que não é possível realizar uma emancipação humana, mesmo com a realização da emancipação política. Na qual o Estado não fornece meios para que a essa seja realizada [emancipação humana]. A contradição entre emancipação política e humana não apresenta, portanto, uma solução sólida. Tornando os homens reféns do Estado, não conseguindo alcançar sua libertação do capital e da propriedade privada. A qual Marx se refere ao dizer que o judeu deveria se emancipar do judaísmo, ou seja, emancipação no que diz respeito ao negócio e ao dinheiro e não da religião. Dessa maneira, a emancipação buscada por todos os homens, não somente judeus, mas impossibilita de ser realizada mesmo com a emancipação político, visto que o Estado não fornece meios para os cidadãos se emanciparem, limitando-os.

¹Bolsista de Iniciação Científica do PIBIC/CNPq. E-mail: samiracsp@outlook.com

² Professor Adjunto do ICHL/Unifal-MG, email: jose.xarao@unifal-mg.edu.br

O FETICHISMO MARXIANO

Fábio César da Silva*

Palavras-chave: Fetichismo. Fetichismo da mercadoria. Karl Marx.

Grupo de Trabalho: GT 1- A Obra Teórica de Marx

Resumo: Nesta comunicação, descreverei o *fetichismo marxiano* em seus aspectos “objetivo”, ligados à produção, e “subjetivo”, ligados ao consumo de mercadorias. Para isso, seguirei a exposição de Karl Marx (1818-1883) em *O Capital* (1867) no qual ele descreve, em um primeiro momento, o conceito de *mercadoria* para em seguida descrever o *fetichismo da mercadoria*. Além disso, descreverei como o termo *fetichismo* é tratado em seu aspecto “subjetivo” em uma obra de Marx anterior a *O Capital* denominada de *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*. Em *O Capital*, Marx salienta que, à primeira vista, a *mercadoria* parece ser uma coisa trivial e de fácil compreensão, no entanto, quando analisada, ela se revela como algo peculiar e incomum, em suas palavras, como algo “cheio de sutilezas metafísicas e argúcias teológicas”. Com efeito, Marx cunhou o termo *fetichismo da mercadoria* para postular que esse “caráter misterioso” da *forma mercadoria* é o encobrimento das características sociais do trabalho humano, substituindo-as pelas características materiais e pelas propriedades sociais dos produtos do trabalho. Na verdade, o *fetichismo da mercadoria* é o processo de ocultamento das relações sociais as quais existem entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, fazendo, desse modo, com que pareça que tais relações se estabeleçam entre os produtos do trabalho. É por meio desse processo, considerado por Marx como uma “dissimulação”, que se estabelece a transformação do produto de trabalho em *mercadoria*, “coisas” sociais possuidoras de propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos. Enfim, mediante essa descrição, tento sugerir os seguintes aspectos gerais do *fetichismo marxiano*: [1] Há uma ênfase em demonstrar a sua manifestação mais na produção, ou no que eu denominei de aspecto “objetivo” do *fetichismo*, do que no consumo. [2] Há uma menção, não muito explícita, da manifestação dele na consciência das pessoas ou no que eu denominei de aspecto “subjetivo” do *fetichismo*. [3] Ele está vinculado à ideia de “naturalização”. [4] Ele configura-se em um tipo de teoria econômica fetichizada contraposta a uma teoria econômica dialética do valor.

*Mestre em Estética e Filosofia da Arte pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Professor de Filosofia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)/Unidade Ibirité. *E-mail*: fcs128@hotmail.com



A INVERSÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: UMA ANÁLISE DAS CATEGORIAS DA ALIENAÇÃO, FETICHISMO E CONSCIÊNCIA EM MARX

Jéssica Ribeiro Duboc¹

Palavras-chave: Alienação. Fetichismo. Consciência de Classe.

Grupo de Trabalho: GT 1 – A Obra Teórica de Marx

Resumo

A pesquisa apresentada neste trabalho é fruto de uma dissertação de mestrado que se concentrou na investigação da relação que se constitui entre as categorias da alienação, do fetichismo e da consciência na perspectiva marxiana. A complexidade e o amplo material dedicado à essa problemática nos permitiram estabelecer uma primeira aproximação com algumas das obras centrais de Marx e Engels, dentre elas: *Os Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, *A sagrada família*, *Teses sobre Feuerbach*, *A ideologia alemã*, *A miséria da filosofia*, o *Manifesto Comunista*, os *Grundrisse* e *O Capital*. No que se refere à tradição marxista, recorreremos aos autores fundamentais no debate da nossa temática, dos quais destacamos: Michel Lowy; Itsván Mészáros; José Paulo Netto; Adolfo Sánchez Vázquez, Mauro Luis Iasi, Roman Rosdolksy entre outros. Para Marx, o processo de trabalho, no modo de produção capitalista, sofre uma “inversão” em que a relação entre o sujeito e objeto *aparece* “de cabeça para baixo”, como domínio do objeto sobre o sujeito. A esse processo, Marx denominou de *alienação*. Com a universalização da produção mercantil e o desenvolvimento das relações de troca, o produto do trabalho humano, ao assumir a forma mercadoria, adquire uma aparência autônoma, independente das relações materiais das quais ela resulta. O *fetichismo* da mercadoria, por meio do valor de troca – e o dinheiro é a última expressão deste – encobre aquilo que confere valor às mercadorias: o tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção. O que os trabalhadores realizam é a

¹ Mestra em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: jessicadubocss@gmail.com



equalização de trabalho humano dispendido. Mas, de acordo com Marx (2013, p. 149): “*Eles não sabem disso, mas o fazem*”. Esse processo, reflete na *consciência* dos indivíduos como o próprio movimento das coisas. Em nossa pesquisa, concluímos que, para Marx, a superação da alienação e do caráter fetichizado que assumem as relações sociais no modo de produção capitalista só se efetiva por um movimento prático, por uma revolução que dê origem à uma nova forma de produzir a vida social. MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política : Livro I : o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013



CLASSE, PARTIDO E PRÁXIS REVOLUCIONÁRIA NO MANIFESTO DE MARX E ENGELS

Leandro Cabral de ALMEIDA¹

Palavras-chave: Partido Político. Classe. Práxis. Marxismo.

Grupo de Trabalho: GT 1 – A obra teórica de Marx

Resumo

No percurso histórico da classe operária foram criadas diversas organizações que acolheram e deram impulso aos anseios dos trabalhadores. Associações, cooperativas, sociedades de mútua ajuda, *trade unions*, sindicatos e ações como greves, protestos e motins agregaram operários, artesãos, trabalhadores urbanos, camponeses em torno de questões que os levaram a descortinar a percepção das contradições e antagonismos inerentes ao mundo do trabalho produzidos pelo modo de produção capitalista. Ao engendrem formas de lutas pela mobilização e organização dos trabalhadores puderam dar conta de conflitos que se tornavam cada vez mais complexos naquele contexto de modernização capitalista de meados do século XIX. O desenvolvimento industrial dava o tom das transformações da estrutura produtiva que se operavam na Europa dessa época, aprofundando severamente a exploração de classe e as contradições intrínsecas a reprodução do capital. A constituição dos partidos políticos representava a possibilidade de *agir* pela classe trabalhadora e para a classe trabalhadora de forma orientada, expressando os interesses comuns e com capacidade para direcionar as ações das classes num cenário de acirradas lutas políticas. O objetivo do presente trabalho é analisar a concepção de partido em Marx e Engels na forma como delimitam no *Manifesto* de 1848. Portanto é fundamental ressaltar a análise acerca da constituição do proletariado enquanto sujeito de uma *práxis* revolucionária, o que coloca em destaque a necessidade de fundamentar a organização política do proletariado, ou seja, de um partido revolucionário que se orienta por uma teoria da revolução. Ou seja, destacamos a forma como é apresentada uma teoria da revolução em conjunto com uma teoria da organização revolucionária, expressando o trânsito da teoria à prática tão caro ao pensamento marxista. Nessa sistematização teórica-política do tipo de organização do proletariado o partido é avaliado como o mais amplo instrumento de ação política, capaz de constituir a subjetividade dos trabalhadores e encaminhar as suas lutas. Na medida em que trazem a lume o caráter político das lutas de classes, demonstramos como Marx

¹ Doutorando em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA-UFRRJ). Professor de História e Sociologia na SEEDUC-RJ. (email: leandrocabral@id.uff.br).



e Engels justificam a organização do proletariado em classe e em partido político. No entanto, se os conceitos de classe e de partido admitem alguma reciprocidade é na ideia de práxis revolucionária, enquanto um saber que se desenvolve e se realiza no processo de transformações operadas pelas lutas de classes, que encontramos a via pela qual a classe se torna partido.



A CRÍTICA MARXISTA AO DIREITO: DE MARX À PACHUKANIS

RODRIGUES, Willian Gustavo¹
BALBINO, Giovane Silva²

Palavras-chave: Marx. Pachukanis. Direito. Mercadoria.

Grupo de Trabalho: GT 1 – A Obra Teórica de Marx

Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo central de estabelecer um diálogo crítico sobre o conceito de Direito em Marx e Pachukanis, bem como introduzir a compreensão de ambos no atual contexto histórico pós golpe jurídico parlamentar de 2016. Partimos no referencial teórico, onde segundo (MARX, 2017) as questões envolvendo o direito da propriedade privada sendo analisado frente aos direitos dos pobres em relação ao “furto” da madeira, sua crítica se refere a propriedade privada como direito como instrumento jurídico da classe dominante. Ademais devemos compreender que a medida em que a mercadoria se torna portadora de valor, seu portador se torna sujeito abstrato de direitos (PACHUKANIS, 2017). Dessa forma a equivalência que possibilita a troca de todos com todos, que o capitalismo enseja, só se dá através da forma da subjetividade jurídica, fazendo com que o direito seja essencialmente burguês. Nossa investigação à luz do direito parte da análise da Escola Positivista do Direito, com fundamento teórico na obra kenelsiana em especial “Teoria Pura do Direito” (KELSEN, 1991), partindo da premissa que a análise do direito de forma positiva desconsidera o debate interpretativo e histórico os considerando somente quando a própria norma permitir, buscando afastar o conteúdo ideológico da aplicação do direito, mas isso é realmente possível? Qual é a relação que o direito e a propriedade privada têm nesse diâmetro? Pode ser determinado que o direito nessas circunstâncias sofre um processo de alienação e um fetichismo da mercadoria? Diante dessas indagações levantadas concluímos que essa pesquisa tem sua relevância para entender o direito na sociedade capitalista e sua inserção como propriedade privada.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. Tradução de João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

¹ Advogado, Pós-Graduando em Direito Público pela Damásio Educacional. E-mail: willian.gustavo@yahoo.com.br

² Graduado em História e Especialista em História, Educação e Sociedade pela Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS, em Pouso Alegre/MG; Mestrando em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, bolsista CNPq. E-mail: giovanasilvabalbino15@yahoo.com



MASCARO, Alysso Leandro. **Estado e Forma política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARX, Karl. **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus; [supervisão e notas Marcelo Backes], 2ª Ed. revista - São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

PACHUKAIS, Evguiéni B. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

Epistemologia, metodologia e marxismo

Gabriela GONÇALVES DE SOUZA RABELO¹

Palavras-chave: epistemologia. metodologia. marxismo.

Grupo de Trabalho: GT 1 – A Obra Teórica de Marx

Resumo: Uma consulta a um bom dicionário de língua portuguesa já indica que há uma diferença entre os termos epistemologia e metodologia, que podemos resumir da seguinte maneira: enquanto a primeira pode ser entendida como o próprio modo de produção do conhecimento; a segunda, subordinada a primeira, seria um conjunto de procedimentos específicos (métodos) apropriados ao processo de produção do conhecimento. Porém, como explicar o fato assinalado por um dos principais dicionários marxistas do mundo, ainda não terminado – o *Dicionário Histórico-Crítico do Marxismo*, coordenado por Wolfgang Fritz Haug -, no verbete dedicado ao termo epistemologia de que a epistemologia marxista seria uma área “muito pouco desenvolvida” ainda nesse início de século XXI (Suchting; s/dt, pp.1-13). Essa questão tão complexa que tem sido objeto de muita discussão no interior do marxismo. Por exemplo, teria Marx formulado um método próprio como defende José Paulo Netto (2011); ou conforme a pergunta formulada por Helmut Reichelt: Marx teria ocultado o seu próprio método? (2011: pp.67-82). Nosso propósito é indicar os elementos sobre essa discussão presentes no debate marxista francês entre as décadas de 60 e 80, envolvendo autores como Pierre Bourdieu, Jean-Claude Chamboredon, Jean-Claude Passeron; Louis Althusser; Alan Badiou (1979) e também Dominique Lecourt (1980) – praticamente desconhecido no Brasil, e cuja obra inicial seria o nosso referencial teórico. A obra *A profissão de sociólogo*, de Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1999) está longe de ser apenas um trabalho voltado para a sociologia, apesar de seu título. Logo na sua “Introdução”, reencontramos a discussão sobre a diferença entre epistemologia e metodologia. E apoiando-se na obra de Gaston Bachelard, os autores reiteram ao longo do trabalho a diferença entre epistemologia e metodologia, fornecendo inúmeras passagens sobre o seu conteúdo, função e dinâmica. O que leva o leitor a entender porque a epistemologia tem primazia sobre a metodologia. Primazia essa que faria com que a primeira orientaria a própria escolha dos métodos de pesquisa. Se isto está correto, um pressuposto necessário para o desenvolvimento de uma possível epistemologia marxista seria exatamente o de discutir a formulação conceitual dos dois termos em foco: o que é epistemologia – no limite, uma megaciência; a ciência das ciências? O que é metodologia – igualmente no limite, a mera escolha dos meios de pesquisa? Isso para se evitar, desde o início, uma indistinção terminológica que exerceria o papel de um verdadeiro obstáculo epistemológico para uma teoria marxista do conhecimento. Isso não quer dizer que Bourdieu e colegas tentem oferecer uma teoria do conhecimento pronta e acabada. Pelo contrário, o que eles propõem é uma “ciência em vias de se fazer” (1999:19). Ou seja, eles postulam um processo de produção do conhecimento sempre aberto e interminável, no qual o ponto de partida seria a ruptura epistemológica contra o senso comum (ou a “ilusão do saber imediato”). Além disso, essa “ciência em vias de se fazer” seria orientada pela observação constante de dois princípios: 1) o da ruptura epistemológica; e, 2) o de obstáculo epistemológico. Entendido esse segundo como um fenômeno que preenche a ruptura entre o conhecimento comum e o conhecimento científico, além de restabelecer a continuidade ameaçada pelo progresso do conhecimento científico. Ademais, o obstáculo pode aparecer no momento da constituição do conhecimento sob forma de resistência do pensamento ao pensamento.

¹ Discente do curso Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia no ICSA/Unifal-MG. Email: s.gabiv@hotmail.com

Bibliografia

Althusser, Louis *et* Badiou, Alain (1979). *Materialismo histórico e materialismo dialético*. São Paulo, Global Editora.

Bourdieu, Pierre *et ali* (1991). *A profissão de sociólogo – preliminares epistemológicas*. Petrópolis, Editora Vozes.

Lecourt, Dominique (1980). *Para uma crítica da epistemologia*. Lisboa, Editora Assírioalvim.

Netto, José Paulo (2011). *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo, Editora Expressão Popular, 1^a. Ed.

Reichelt, Helmut (2011). “Que método Marx ocultou?”, *in Crítica Marxista*, n.33. São Paulo, Fundação Editora Unesp.

Suchting, Wal (s/dt). “Epistemologia” *in Dicionário Histórico Crítico del Marxismo*, Wolfgang Fritz Haug (Org.) , acessado em 10.10.2018 em http://dhcm.inkrit.org/wp-content/data/DHCM_Epistemologia.pdf

http://dhcm.inkrit.org/wp-content/data/DHCM_Epistemologia.pdf